



Restauração do mobiliário
do Palácio Tiradentes é
exposta em mostra na
Câmara dos Deputados
PÁGINA 12

JORNAL DA ALERJ

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Ano XI - Nº 276 - Rio de Janeiro, 15 a 31 de outubro de 2013



Divulgação

A força da terceira idade

Alerj aprova nova
política estadual
para idosos

PÁGINAS 6 a 8



**Impresso
Especial**

9912242287/2009-DR/RJ

ALERJ

...CORREIOS...



FRASES



Gabriel Esteves

“A educação gera consciência, dá autonomia e cria no cidadão o desejo de saber, de construir e de produzir. Isso nasce no início do processo educacional de uma criança, que pode, certamente, começar numa creche e, depois, ir até o ensino superior. Portanto, discutir sobre educação é falar sobre direitos humanos”

Márcio Pacheco (PSC), sobre a importância de se investir em educação.

“Essa melhoria deve ser objeto de registro e de comemoração, mas também de incentivo para continuarmos cobrando mais melhorias”

Gilberto Palmares (PT), sobre a duplicação da estação das barcas na Praça Araribóia, em Niterói.

“Hoje existem cerca de 1.500 médicos, a maioria brasileiros, já em atividade no país. E chegaram 2.167 médicos que irão iniciar os seus trabalhos na segunda-feira”

Cida Diogo (PT), sobre o programa “Mais Médicos”

AGORA É LEI

Comércio terá de alertar sobre perigo da dengue

O comércio de vasos, pratos e demais recipientes destinados ao cultivo de plantas deverá incluir material de divulgação sobre o combate à dengue, de acordo com a Lei 6.565/13, publicada no Diário Oficial do Executivo no último dia 24 de outubro. “Estamos nos aproximando do verão, quando os casos aumentam. Todo cuidado na prevenção a essa doença, que ainda mata muito no estado, é válido e urgente”, argumenta o autor da nova regra, Bernardo Rossi (PMDB).

A lei vale para lojas, mercados e floriculturas. O texto dos prospectos, com informações técnicas em linguagem simples, será desenvolvido pelo Poder Executivo, que também publicará esses alertas nos sites oficiais do governo. Casos de desrespeito à nova norma estarão sujeitos a penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, que vão de multa à imposição de contrapropaganda.

MÍDIAS SOCIAIS

Desejo boa sorte a todos os estudantes no #Enem2013. Vocês são o nosso futuro.

Janio Mendes
@janiomendes



Dia 25/10
17:00



Deixo aqui o meu carinho e agradecimento aos servidores públicos que, com respeito e dedicação, prestam serviço essencial para a população.

Rosenverg Reis
@RosenvergReis



Dia 28/10
10:05



A Alerj vai passar no CQC. Vou matar a saudade do passeio que fiz lá no começo do ano com a escola.

Matheus
@MatheusGomesBFR

Dia 28/10
17:44



Cota racial para parlamentares? Onde está a meritocracia dos mais votados com melhores propostas e escolhidos pelo povo?

Bebeto
@bebetotetra94



Dia 31/10
04:41



*As mensagens de mídias sociais são publicadas na íntegra, sem nenhum tipo de edição.

EXPEDIENTE



Presidente
Paulo Melo

1º Vice-presidente
Edson Albertassi

2º Vice-presidente
Roberto Henriques

3º Vice-presidente
Gilberto Palmares

4º Vice-presidente
Rafael do Gordo

1º Secretário
Wagner Montes

2º Secretário
Graça Matos

3º Secretário
Gerson Bergher

4º Secretário
José Luiz Nanci

1º Suplente
Samuel Malafaia

2º Suplente
Bebeto

3º Suplente
Alexandre Corrêa

4º Suplente
Thiago Pampolha

JORNAL DA ALERJ
Publicação quinzenal da Subdiretoria
Geral de Comunicação Social da
Assembleia Legislativa do Estado
do Rio de Janeiro

Jornalista responsável: Luisi Valadão
(JP-30267/RJ)

Editor-chefe: Pedro Motta Lima

Editor: Marcelo Dias

Chefe de Reportagem: Fernanda Galvão

Equipe: André Nunes, Buanna Rosa,
Fernanda Porto, Marcus Alencar, Symone
Munay e Vanessa Schumacker

Edição de Fotografia: Rafael Wallace

Edição de Arte: Mayo Ornelas

Secretária da Redação: Regina Torres

Estagiários: Amanda Bastos, Bárbara
Figueiredo, Bárbara Souza, Camilla Pontes,
Eduardo Paulanti, Fabiane Ventura, Fábio
Peixoto, Gabriel Esteves (foto), Gabriela
Caesar, Iara Pinheiro (foto), Lucas Lima,
Ruano Carneiro (foto) e Thiago Manga

Telefones: (21) 2588-1404 / 1383

Fax: (21) 2588-1404

Rua Primeiro de Março s/nº sala 406
CEP 20010-090 – Rio de Janeiro/RJ

Email: dcs@alerj.rj.gov.br
www.alerj.rj.gov.br
www.twitter.com/alerj
www.facebook.com/assembleiarj
www.alerjnoticias.blogspot.com
www.radioalerj.posterous.com

Impressão: Imprensa Oficial
Tiragem: 5 mil exemplares

Siga a @alerj no



www.twitter.com/alerj

Receba o JA em casa

JORNAL DA ALERJ

<http://bit.ly/jornalalerj>



Veja nossos

álbuns do Picasa

<http://bit.ly/alerjpicasa>



Ouçã sonoras dos deputados
radioalerj.posterous.com

Arte oriental a serviço do corpo



Rafael Wallace

Alunos de tai chi chuan se exercitam no pátio do Museu de Arte Contemporânea, em Niterói: saúde e mente sã

Tai chi chuan e kung fu começam a ser praticados para recuperação de dependentes químicos

BÁRBARA SOUZA

O uso das artes marciais no combate às drogas. Esta é a bandeira que a deputada Rosângela Gomes (PRB), presidente da Comissão de Prevenção ao Uso de Drogas da Alerj, está levantando com a aprovação da Lei 6.555/13, que inclui o kung fu, o tai chi chuan e o lian gong no calendário oficial do estado. “A tradição inclui disciplina e outros valores que afastam os jovens da ameaça do mundo das drogas. Além do mais, é uma opção de saúde e lazer”, afirmou.

O texto da lei prevê o uso dessas lutas para a terapia de recuperação e tratamento de usuários de drogas, portadores de lesões crônicas, estresse e doenças respiratórias. Aliás, a própria Rosângela Gomes experimentou os benefícios dessas práticas, principalmente do tai chi chuan: “Eu estava estressada e com o corpo travado, mas, depois das aulas, fiquei mais relaxada e tranquila. Acredito que, se me fez bem, pode

fazer bem também para muitas outras pessoas”.

Para não deixar a lei no papel, a deputada conta que o próximo passo a ser dado é levá-la para as escolas. “A ideia é que as práticas marciais chinesas sejam promovidas nas escolas da rede pública estadual e também nas unidades de saúde”, explicou.

“Nós acreditamos que a iniciativa será repetida pelo Brasil afora. Fomos os precursores em oficializar a importância da cultura oriental para a população”, disse o presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Prefeitura de Queimados, Antônio Amorim Alves, que é professor de lian gong, técnica criada em 1974 e ainda pouco conhecida no Brasil. “Essa técnica tem o poder de tirar dores do corpo através dos 18 movimentos básicos”, diz ele.

O mestre de kung fu Alexandre Gomes Neto explicou que a arte marcial tem o objetivo de tratar corpo, mente e espírito de quem pratica. Segundo o *sifu* (como são chamados os mestres da arte), a partir da aprovação da lei, a tendência é que o kung fu, o tai chi chuan e o lian gong se aproximem cada vez mais das pessoas. “Os municípios terão que se

adaptar e criar atividades e eventos para contemplar a consolidação da lei. Em Nova Iguaçu, isto já aconteceu: foi um campeonato que contou com a presença de 25 escolas de todo o estado”, contou. O mestre, porém, alerta para a necessidade de treinar mais profissionais.

A professora de tai chi chuan Chang Whan, que orienta um grupo de praticantes no pátio do Museu de Arte Contemporânea (MAC), em Niterói, recebeu a lei com otimismo: “acredito ser uma excelente medida para incentivar a prática das atividades físicas e promover a qualidade de vida”.

Geralda Mendes, de 77 anos, começou a praticar tai chi chuan em 2011, quando notou que suas amigas estavam enfrentando problemas de saúde. “Foi uma forma de prevenir”, afirmou. “Estudos têm constatado melhoras significativas em casos de hipertensão, esclerose múltipla, memória, depressão, e diversos outros males”, complementou a professora.

Ela também acredita no uso da prática na luta contra as drogas: “Os movimentos lentos e cadenciados, combinados com a respiração e a concentração, induzem à serenidade e a paz mental, condições que ajudam pessoas que estão em recuperação”.

BIBLIOTECA

Casa das leis e do saber



Biblioteca da Alerj reúne um dos principais acervos do Rio e é referência para pesquisadores

O historiador Adriano dos Santos desenvolve sua dissertação de mestrado com o auxílio das obras encontradas no local

LUCAS LIMA

Com mais de 55 mil exemplares e 2 mil visitantes por mês, a Biblioteca Dona Maria Portugal Duque Costa, no Palácio Tiradentes, é referência de história, informação e beleza arquitetônica. Os salões e todo mobiliário, que contam com folhas de café entalhadas e que são originais desde a sua fundação, em 1947, foram ponto de encontros entre deputados e figuras importantes da literatura brasileira, como Olavo Bilac. Hoje, o lugar reúne um dos acervos mais importantes do Rio e é referência na memória nacional.

Assim, a biblioteca da Alerj atrai hoje historiadores, estudantes e quem mais estiver à procura de documentos e de uma boa leitura. “A maior parte do público é composta por estudantes da rede pública, que precisam de uma cópia do Diário Oficial, onde consta a conclusão do ensino médio. Também recebemos aposentados e pessoas que prestaram concursos”, conta a diretora Patrícia Tavares.

Além disso, o lugar oferece aos pesquisadores o auxílio de bibliotecários para procura de documentos mais antigos e específicos. “Eles precisam de documentos muito importantes e antigos. Por isso, temos a preocupação de dar uma orientação mais especializada”, conta Patrícia.

É o caso do historiador Adriano dos Santos, da Uni-Rio, que desenvolve sua dissertação de mestrado com a ajuda da bibliotecária Rosa Maria Rangel. Esta, aliás, é a segunda vez que ele recorre ao acervo do lugar. Antes, já havia pesquisado o tema de sua monografia na biblioteca. “O que eu busquei nas outras vezes foram duas constituições estaduais no período da Primeira República (de 15 de novembro de 1889 até a Revolução de 1930). Encontrei somente a primeira, na biblioteca no Senado, online. Fora isso, não havia encontrado as outras”, conta Adriano, que soube por seu orientador na universidade e uma amiga na Casa que poderia encontrar esses e outros documentos na Biblioteca Dona Maria Portugal Duque Costa.

Entre um livro e outro, o professor de Geografia Robson Santos não deixa de admirar a beleza do ambiente, considerada por ele um cuidado com a História do Brasil. Em busca de documentos para seu projeto de pesquisa de doutorado, Robson elogia o atendimento recebido pelos bibliotecários. “Estive aqui em maio, fui bem recebido e voltei. Quando cheguei aqui, conversei com uma funcionária e rapidamente encontrei o primeiro plano de desenvolvimento econômico e social do Rio, do governo Faria Lima”, recordou o professor, que encontrou dificuldade no acesso a arquivos que narram a história do Rio de Janeiro: “Percebi que a Alerj é uma exceção. Esta biblioteca, com certeza, é uma referência, junto com a Biblioteca Nacional, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas e o Arquivo Público do Estado, por exemplo”.

A praticidade do local também é lembrada pelo agente penitenciário Douglas Gaudard, que recorre à bi-

bioteca para obter cópias do Diário Oficial. “Já vim aqui três vezes e sempre consegui cópias de publicações no Diário Oficial dos concursos públicos de que participei. Aqui, tenho a agilidade de conseguir tudo em papel timbrado, sem precisar ir ao cartório para registrar”, conta ele. Morador de Anchieta, no subúrbio do Rio, Douglas lamenta não haver espaços assim em seu bairro: “Lá, não há espaços como este. Isso faz muita falta”.

União entre o passado e o futuro através da web

O ambiente sóbrio remete ao início do século passado, mas permite também um salto para os dias atuais. Segundo a diretora da biblioteca, existe um projeto de digitalização e oferta de todo o conteúdo na internet. “Frequentemente, recebemos ligações de pesquisadores de Brasília, São Paulo, Fortaleza e de outras partes do País, interessados no conteúdo que temos aqui. Eles querem saber o estado das publicações, se é possível fazer consulta, reproduzir, entre outras coisas”, conta Patrícia Tavares. A diretora conta que, além da praticidade, o projeto contribuirá com a preservação do acervo, possibilitando ainda o alcance de um público maior através da web. “Isso já está sendo organizado, mas, como o acervo está muito fragilizado, colocamos uma série de requisitos para cuidar dele”, explica.

Adriano aprova o projeto, mas salienta a importância do espaço de leitura: “Seria excelente ter acesso a todo esse conteúdo em casa, mas nem tudo que precisamos está na rede. Este lugar é muito propício para estudos, até para exercitar o hábito de aprendizagem. Aqui na Assembleia, é ótimo para visitação, pois é uma área belíssima, super convidativa”.

Bibliotecária desde 1992 (e diretora há dois anos), Patrícia não acredita em um possível esvaziamento da biblioteca com os avanços tecnológicos. “Os ganhos são muito maiores. A partir do momento em que mais pessoas estão acessando nosso material, mesmo que online, ela não está se esvaziando, estamos ampliando nossos horizontes. Não há necessidade de uma presença física para se sentir prestigiado”.

Professora de Língua Portuguesa da

Escola de Comunica o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Leonor Werneck também não acredita em um processo de esvaziamento do espaço. Ela destaca que ainda há muito a ser estudado sobre a leitura virtual: “Parece ser a mesma coisa, mas não  . Diante de um texto na tela,   possível ter acesso a hiperlinks variados, que complementam a leitura, mas também podem comprometer a compreensão, por distrair o leitor”. Werneck conta que a aprecia o a textos na tela encanta e seduz o leitor no primeiro momento, por isso   preciso saber lidar com as distra oes. “Precisamos conhecer as potencialidades de todo tipo de leitura. Há espaço para tudo: livros e computadores”.

A Biblioteca da Alerj funciona de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h, no Palácio Tiradentes. Além dos registros estaduais e nacionais, o visitante

encontra raridades, como impressos do tempo de província, atas do Império (1835), do antigo Parlamento (1877), do Conselho Municipal do Distrito Federal (1894) e uma Ep tome da Gramática da Língua Portuguesa, de 1806, além de um caderno de anota oes do escritor e político Tristão de Alencar Araripe (que faleceu em 1884), sem data identificada. O acervo reúne também uma extensa cole o de diários oficiais municipais, estadual e federal, publica oes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, da antiga Prefeitura do Distrito Federal e das assembleias legislativas da Guanabara e do Rio de Janeiro, além da “Cole o de Leis do Brasil”, que reúne a legisla o brasileira desde o Império. D vidas também são esclarecidas pelos funcionários através do e-mail dbibliot@alerj.rj.gov.br e dos telefones (21) 2588-1418 ou 2588-1419.



Diretora da Biblioteca, Patrícia Tavares aponta as raridades que compoem o acervo

CAPA

Veteranos na ativa

Obrigados a trabalhar após a aposentadoria, idosos ganham nova política de direitos

FABIANE VENTURA

O psicólogo Francisco Batista Neto, de 66 anos, mora com a mulher, tem dois filhos e, apesar da idade, é o responsável pelo sustento da família, em São Gonçalo. Já a técnica de enfermagem Maria Bernadete, de 63, acaba de ser contratada por um hospital de Niterói e se desdobra em outros dois empregos. Além da proximidade geográfica, Francisco e Maria têm algo em comum: idosos e aposentados, eles ainda são obrigados a trabalhar por necessidade.

Francisco e Maria, porém, contam agora com a Lei 6.559/13, que institui uma nova política estadual para os idosos, com mecanismos contra a discriminação no mercado de trabalho — tanto no setor público quanto no privado. A nova norma foi sancionada no último dia 16 e chega em boa hora.

Francisco paga metade do aluguel de sua filha mais velha, que mora em São Paulo, e ajuda o filho, que vive no interior do Paraná. Aposentado, ele mantém o dia a dia no consultório porque o valor da aposentadoria não é suficiente para sustentar a família.

“Trabalhei a vida toda e paguei dez salários mínimos para a previdência privada por mês. Hoje, recebo cinco salários, o que não dá para manter minha família. Como pode um idoso assim parar de trabalhar? Isso para mim seria um luxo e eu não desejo perder o padrão de vida da minha família”, desabafa o psicólogo, que chega a trabalhar 12 horas por dia.

Já Maria estava apreensiva ao ver que era a candidata mais velha disputando a vaga — e não era a



Maria Bernadete ainda trabalha aos 63 anos e acaba de conseguir um terceiro emprego

que possuía mais estudos. “Minha maior preocupação era minha idade, porque algumas empresas têm restrições com pessoas acima de 60 anos. Mas no meu caso valeu a experiência. Participei de todas as etapas e fui bem. Havia pessoas de todas as idades, menos da minha”, conta ela.

O que pesou mesmo para Maria, entretanto, foi a necessidade: “Não perder o objetivo de vida e ainda ter perspectivas de melhorar meu conforto foram pontos que fizeram a diferença quando decidi me candidatar a essa vaga. Gosto muito de cuidar de doente, de cuidar do ser humano, gosto da humanização. Preciso do dinheiro, mas faço tudo por prazer”.

Detalhe: ela também é formada em gestão ambiental e era a mais velha da turma. “Acredito que idade não é mais um tabu no Brasil”, diz Maria, que ainda pensa em cursar outra faculdade.

A Lei 6.559/13 foi sancionada 15 dias após os dez anos de criação do Estatuto Estadual do Idoso. Segundo o deputado Samuel

Malafaia (PSD), autor da proposta, a nova política para a terceira idade atende a necessidades mais atuais. “A população está ficando com a idade avançada. Já existem, inclusive, locais onde os idosos são maioria. Percebi, então, que a gente precisava reforçar os direitos dos idosos, considerando que muitos são chefes de família. A nova política pretende atualizar o que já existe no estatuto”, explica Malafaia.

E os números dão razão ao parlamentar. Nos últimos 20 anos, a população desta parcela da população no estado saltou de 9,2%, em 1991, para 13% do total, no último censo realizado pelo IBGE, em 2010. Hoje, o Rio de Janeiro tem mais de 2,07 milhões de pessoas com idade a partir de 60 anos. Desses, 501,4 mil (24,1%) ainda trabalham. Ou seja: praticamente um em cada quatro idosos permanece na ativa no Rio de Janeiro, trocando o descanso pelo sustento da família. Se considerarmos aqueles com idade a partir de 70 anos, são quase 111 mil. Assim, 5,3% dessa mão de obra veterana é composta por anciões.



Fotos: Rafael Wallace

Para manter a família, Francisco Batista Neto chega a trabalhar até 12 horas por dia



Ruano Carneiro

Claise defende o direito dos idosos

ABRH defende veteranos e jovens nas empresas

Diretor de Educação da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), Luiz Edmundo Rosa reforça a importância do idoso no mercado de trabalho. Segundo ele, os veteranos combinam a sua experiência ao espírito empreendedor das empresas — que mesclam o conhecimento dos mais velhos à gana dos jovens que iniciam suas carreiras profissionais. “Quando unimos várias gerações num ambiente de trabalho, temos uma fantástica oportunidade de combinar experiência e empreendedorismo” explica Rosa. Para o diretor da ABRH, as empresas ganham um produto mais competitivo e ainda proporcionam o convívio entre gerações: “O jovem chega ao mercado sem experiência. Portanto, uma pessoa experiente traz equilíbrio. Ao mesmo tempo, o jovem energiza o mais maduro. Há uma



Ruano Carneiro

Malafaia: população está envelhecendo

sinergia que se torna vencedora”.

“Foi-se o tempo que a terceira idade era marcada por mulheres que fazem crochê e homens que assistem à televisão o dia inteiro”, diz a presidente da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, a deputada Claise Maria (PSD).

Ações contra o desrespeito

E trabalho é o que não falta à comissão, tal a quantidade de casos de desrespeito. “Fizemos vitorias nos pontos de ônibus, pois recebemos denúncias de motoristas que não param para idosos. Também fomos aos bancos para saber quanto tempo ficam aguardando atendimento na fila e se são respeitados os assentos prioritários”, lista a parlamentar. A próxima medida da comissão será fiscalizar as calçadas. “Queremos conscientizar o morador, para que conserve as calçadas, e o poder público, para que cuide delas pois o número de idosos que se acidentam é grande”, diz Claise.

COM A PALAVRA

Minha produtividade é muito maior do que quando era jovem. Eu tinha dinamismo, mas me faltava experiência de vida. Ainda que meu corpo tenha menos força e agilidade, o meu cérebro é muito mais ágil. Não podemos medir a pessoa por seu vigor físico, mas por sua capacidade mental”.

**Edino Fonseca (PEN),
67 anos**



“A expectativa de vida aumentou com o avanço da medicina. Como perder um homem de 60 anos, lúcido e com uma expectativa de vida de mais 20 anos de produtividade? A inserção do idoso no mercado é importantíssima, considerando que a vida útil e a experiência são fundamentais em qualquer profissão”.

**Coronel Jairo (PMDB),
64 anos**



CAPA

Longevidade cada vez maior na terceira idade

O aumento da população de idosos também pode ser atribuído aos avanços da medicina e das condições de vida no país. E esse quadro tende a melhorar. No último dia 4 de outubro, foi sancionada a Lei 6.550/13, proposta pelo deputado Luiz Martins (PDT), para instalação de academias de ginástica ao ar livre, levando para todo o estado o modelo criado pela Prefeitura do Rio.

Alguns municípios da Região Metropolitana, como Niterói e São Gonçalo, já adotaram a ideia lançada na capital. Para o deputado, o incentivo aos exercícios em praça pública poderá prevenir o surgimento de doenças e evitar gastos com tratamentos na rede de saúde pública. “Comecei a observar, na capital, algumas academias voltadas para terceira idade, que estão sempre cheias. Propiciar as instalações destas academias nos lugares afastados dos grandes centros é minorar também os gastos com saúde, entendendo que a qualidade de vida do idoso melhora”, explica o parlamentar.

Terapia na academia

Demerval Costa, de 78 anos, é morador de São Gonçalo e, há seis meses, é frequentador assíduo de uma academia ao ar livre da prefeitura. Seu Costa, como é conhecido, conta que sofre do Mal de Parkinson e conseguiu retardar os sintomas da doença através de exercícios físicos.

Além disso, ele considera as academias uma espécie de divã para terapia, graças ao convívio diário com seus companheiros de malhação. “Aqui, somos como uma família. Meu aniversário de 78 anos foi comemorado com o grupo. Muitas



Rafael Wallace

Demerval faz exercícios acompanhado por um professor em São Gonçalo

vezes, não temos carinho em casa, mas o encontramos aqui. Se fosse para pagar uma academia de ginástica, sobrecarregaria meu salário. O fato de ser gratuito faz muita diferença em minha vida porque não teria condições de pagar” diz ele.

Segundo a coordenadora geral do projeto, Luciana Andrade, a prefeitura tem 18 pontos de ginásticas ao ar livre espalhados pela cidade, com planos para criar mais duas. “Muitas dessas pessoas procuram não somente atividades físicas, mas também atenção e carinho. Então, eles acabam ficando mais felizes neste espaço”, conta Luciana.

Dança na delegacia

E a felicidade pode aparecer nos lugares mais improváveis, como numa delegacia. Bairro com o maior número de idosos do país, Copacabana, na Zona Sul do Rio, conta com mais de 43 mil moradores com idade a partir de 60 anos — o equivalente a quase

um terço da população local.

Não é à toa que a Delegacia Especial de Atendimento à Terceira Idade está ali. E a unidade não lida só com crimes. A delegacia ministra palestras para quem pratica violência contra idosos — lembrando-os que um dia serão velhos — e oferece até aulas de dança para a terceira idade.

“A maioria dos crimes contra o idoso ocorre no âmbito familiar, praticados pelos próprios parentes da vítima. Criamos aqui um programa de palestras para os agressores para tentar a sua ressocialização. Não adianta somente punir. Precisamos criar uma tolerância entre gerações e até mesmo um entendimento de que esse infrator também será idoso um dia” explica a delegada titular, Catarina Noble.

Segundo a policial, as principais queixas registradas são de humilhação, discriminação e apropriação indevida de bens e salários.

Anote

Delegacia Especial de Atendimento à Terceira Idade
(21) 2333-9272/9274

Comissão do Idoso da Alerj
(21) 2588-1562

Associação de Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro
(21) 2524-0407

Associação de Parentes e Amigos de Pessoas com Alzheimer
(21) 2223-0440

Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
(21) 2285-8115

Universidade Aberta da Terceira Idade da Uerj
(21) 2503-2280

Centro de Atenção e Prevenção à Violência Contra Idosos
0800-282-5625

PARTIDOS

Nova composição partidária na Casa

Delegações e organizadores dos Jogos terão benefícios fiscais para imóveis e veículos alugados

DA REDAÇÃO

Na composição partidária da Assembleia Legislativa do Rio está de cara nova. Na última temporada de troca de partidos antes das eleições para governadores, deputados estaduais e federais, senadores e presidente da república, no ano que vem, 16 deputados da Assembleia Legislativa mudaram de legenda. O total equivale a 22,85% dos 70 deputados que compõe a Casa. O período para estas mudanças expirou no último dia 5.

Os recém-criados Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Solidariedade (SDD) tiveram a adesão de três deputados estaduais. Pedro Fernandes, que deixou o PMDB, e Bebeto, ex-PDT, agora fazem parte do Solidariedade, que será representado nas urnas pelo número 77. Para o PROS foi Marco Figueiredo, que saiu do PSC. A sigla será referida como 90 nas próximas eleições.

O PMDB, que tinha uma bancada de 11 parlamentares, passou a ter 15,



Ruanu Carneiro

O plenário da Alerj: 16 deputados trocaram de partido no início do mês

superando o PSD — que tinha 12 e ficou com nove. Os novos membros do PMDB são Coronel Jairo (ex-PSC) e Ricardo da Karol (ex-PSB); Dica e Fábio Silva, saídos do PSD; Marcelo Simão e Rafael do Gordo, vindos do PSB; e Waguinho, que deixou o PRTB.

Já a deputada Graça Pereira saiu do PSD e agora compõe a bancada do PRTB. Já o PMN, que havia ficado sem assento na Assembleia Legislativa após a eleição do ex-

deputado Alessandro Calazans para a Prefeitura de Nilópolis, no ano passado, conta agora com o deputado Chiquinho da Mangueira, que saiu do PMDB. Outro que deixou o partido foi Nelson Gonçalves, novo membro do PSD.

A bancada do PSol foi reforçada com Paulo Ramos, que foi eleito pelo PDT mas que estava sem partido. O PR ganhou a filiação de Marcos Soares (ex-PSD) e o Dr. Gotardo trocou o PSB pelo PSL.

Confira as bancadas que mudaram de composição

PMDB

Domingos Brazão
Bernardo Rossi
Coronel Jairo
Dica
Edson Albertassi
Fábio Silva
Graça Matos
Marcelo Simão
Paulo Melo
Pedro Augusto
Rafael do Gordo
Ricardo da Karol
Roberto Dinamite
Rosenverg Reis
Waguinho

PR

Clarissa Garotinho
Altineu Côrtes
Geraldo Pudim
Marcos Soares
Samuquinha

PSD

André Corrêa
Iranildo Campos
Claise Maria
Myrian Rios
Nelson Gonçalves
Roberto Henriques
Samuel Malafaia
Thiago Pampolha
Wagner Montes

PRTB

Graça Pereira

PSol

Janira Rocha
Marcelo Freixo
Paulo Ramos

Solidariedade

Pedro Fernandes
Bebeto

PSC*

Márcio Pacheco

PSB*

Armando José

PDT*

Luiz Martins
Bruno Correia
Jânio Mendes
João Nacif
Márcio Panisset
Ricardo Abrão

PSL

Átila Nunes
Dr. Gotardo

PMN

Chiquinho da Mangueira

PROS

Marco Figueiredo

*partidos que perderam deputados, mas não receberam novas filiações

INTERNET

g@binetes_online

Conectados à internet, deputados interagem com a população e até recebem ideias para projetos de lei

BÁRBARA FIGUEIREDO

A internet reduz distâncias e traz o mundo para a palma das mãos. No caso da Alerj, para dentro dos gabinetes parlamentares, como bem fazem Flávio Bolsonaro (PP), Clarissa Garotinho (PR) e Marcelo Freixo (PSol), que se valem da web para interagir com a população. O ambiente virtual deu origem, por exemplo, à comissão especial que discute a revisão dos regulamentos disciplinares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, criada por Bolsonaro.

O deputado explica que foi através de seu site que colheu sugestões para debater o tema. Para isso, os internautas se cadastram e respondem a perguntas para guiar seus trabalhos na Alerj. “Foram 1.590 respostas de militares respondendo qual era o principal problema do regulamento disciplinar e o que mais valorizavam na carreira militar. E percebemos uma insatisfação da tropa em relação a salário e ao tratamento que o regulamento impunha, principalmente, aos praças. Isso nos levou a buscar o presidente da Alerj, deputado Paulo Melo, e o governador para conduzir o nosso trabalho”, explicou o parlamentar.

Além disso, Bolsonaro interage pelo Twitter (@FlavioBolsonaro), onde conta com aproximadamente 10 mil seguidores. Para dar conta da demanda da população, ele possui uma equipe que tenta responder a todas as perguntas: “Não adianta ter um canal se o cara não consegue ter uma resposta esclarecedora e tirar uma dúvida”.

Outro deputado militante na web é Marcelo Freixo, que mantém contato



Gabriel Esteves

Flávio Bolsonaro recebeu sugestões para a comissão especial pela internet

constante com os internautas através do Twitter (@MarceloFreixo), onde tem cerca de 95 mil seguidores. No dia 27 de outubro, o deputado usou as redes para pesquisar pontos do Rio que estavam sem água, informando-os ao presidente da Cedae, Wagner Victor, e dando retorno à população.

Através da participação popular, Freixo conseguiu a aprovação de duas leis. A 5.543/2009 torna o funk um movimento cultural e anula todas as dificuldades para realização de bailes no estado. A outra, 6.235/2012, considera as lan houses como centros de inclusão digital, sendo reconhecidas como fundamentais para a universalização do acesso à internet.

“As propostas vieram de camadas mais populares, que não sabiam exatamente o que significava a Alerj. A internet foi decisiva para essa aproximação com temas que, a princípio, passariam longe do Parlamento, transformando-os em leis que ajudaram a vida de tanta gente”, disse o parlamentar, que também divulga seus discursos no YouTube, levando o debate do plenário para a grande rede.

Apesar da forte interação digital, Freixo não acha que essas atuações devem substituir a militância no tra-

balho. “A rede possui uma velocidade e um permanente diálogo que é importante, mas nada substitui a militância, a presença física e o acompanhamento das questões”, conclui Freixo.

Conselho virtual

Já Clarissa Garotinho lançou o Conselho Popular, site pelo qual recebe denúncias e sugestões para projetos de lei e discute problemas atuais. Com 549 “conselheiros” cadastrados, o portal chegou à marca de 790 requerimentos feitos. Desses, 310 eram propostas legislativas e 204, denúncias.

“Usamos a internet para tanta coisa. Por que não utilizá-la como ferramenta para estabelecer uma democracia participativa, com pessoas que querem acompanhar o nosso dia a dia? Já perdi a conta, este ano, de quantos ofícios já encaminhamos a diversos órgãos porque recebemos denúncias de nossos conselheiros populares”, diz a deputada.

Clarissa também marca presença no Twitter (@dep_clarissa) e no Facebook, e ainda encaminha aos “conselheiros” cópias digitalizadas dos ofícios que encaminha aos órgãos estaduais com as denúncias e reclamações que recebe.

ECONOMIA

Energia caseira no Rio

Fórum de Desenvolvimento apresenta projetos de microgeração de eletricidade no estado

AMANDA LAZARONI E FÁBIO PEIXOTO

Energia artesanal. Mal comparando, é quase isso o que se começa a fazer no Rio de Janeiro. Comum na Europa, o conceito de microgeração de eletricidade a partir de fontes renováveis ainda engatinha no país. Pioneiro por aqui, o empresário alemão Hans Rauschmayer, de 47 anos, instalou o primeiro equipamento do gênero no estado, no telhado de sua casa, em Santa Teresa, na capital.

A ideia é simples. A partir de painéis com placas fotovoltaicas para captação de energia solar, ele produz eletricidade para dentro de casa. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), até agora foram autorizados quatro projetos semelhantes no Rio. Parece pouco, mas não é para menos. O custo para instalação do equipamento gira em torno de R\$ 20 mil. Mas o retorno econômico e ambiental compensa.

Tanto é que o tema dominou a audiência realizada no último dia 10 de outubro pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro da Assembleia Legislativa.

“Nos últimos seis anos, o preço do equipamento na Alemanha caiu 75% devido ao crescimento do mercado. Os incentivos fiscais para microgeração lá são tão grandes que é mais barato gerar energia em casa do que comprar de uma operadora”, explica Hans Rauschmayer, que, de entusiasta no assunto, virou consultor de energia solar.

A microgeração de energia con-



Jara Pinheiro

Energia limpa e econômica: Hans instalou painéis solares no telhado de casa

siste na produção de até 100kW para consumo próprio — residencial, comercial ou industrial. A eletricidade pode ser obtida por turbinas eólicas, painéis solares e uso de gás natural. Para estimular o processo, a Aneel baixou a Resolução Normativa 482, em 2012, padronizando os equipamentos e simplificando os contratos com as operadoras locais e o sistema de compensação.

Assim, o consumidor pode devolver a sua produção excedente ao sistema e usá-la depois, como numa poupança de energia, com prazo de 36 meses para reutilizá-la.

Nos últimos dez meses, a Aneel registrou 130 projetos de micro ou minigeração (de até um megawatt) em todo o país, dos quais 31 já estão em operação. “A nova determinação da Aneel é boa, mas ainda necessita de ajustes. Parte importante do custo está no dispositivo de seccionamento visível, um equipamento obrigatório pela atual resolução, mas que, a meu ver, é desnecessário. Na Alemanha, existem 1,5 milhão de

conexões como essa em residências e esse equipamento não é usado” diz Rauschmayer.

Com o equipamento instalado em casa, o empresário conta que gera uma média de 228kW mensais — 40% a mais do que gasta. Esse excedente, Rauschmayer gostaria de dividir com uma ONG no bairro. Entretanto, a Aneel só permite o reuso de energia por quem a produz.

Na audiência do Fórum, um dos principais temas abordados foi o ICMS sobre o excedente produzido. Questionado sobre a extinção do imposto na troca energética entre consumidores e operadoras para estimular investimentos na microgeração de eletricidade, o secretário estadual de Fazenda, Renato Vilella, respondeu que, como se trata de uma troca de mercadorias, a cobrança é devida.

Mas o secretário deixou aberta a porta para a desoneração dessa energia. Vilella revelou que já analisa uma lei aplicada em Minas Gerais, onde o ICMS deixou de ser cobrado na microgeração de energia.



Fotos: Divulgação/Câmara dos Deputados

Restaurados, os móveis da antiga Câmara dos Deputados contam, em Brasília, um pouco da história do Palácio Tiradentes

Memórias da História

Antiga sede da Câmara dos Deputados, Palácio Tiradentes tem mobiliário exposto em mostra em Brasília

BÁRBARA SOUZA

Parte da memória da República foi restaurada e exposta na Câmara dos Deputados. Antiga sede do parlamento federal, o Palácio Tiradentes teve 14 de seus móveis exibidos na mostra "Arte por toda a Casa: Restauração do Mobiliário do Palácio Tiradentes". As peças foram recuperadas por técnicos e restauradores com o auxílio de 30 servidores da Casa.

A coleção de móveis foi levada para Brasília na década de 1960. O processo de restauração durou quatro

meses. De acordo com a curadora da exposição, Gilcy Rodrigues, o objetivo é conscientizar servidores, usuários e visitantes sobre a importância da conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da Câmara dos Deputados.

"A preservação é importante para que as gerações futuras tenham acesso às mesmas informações", explicou Gilcy, acrescentando que a mostra fez parte de uma campanha de educação patrimonial criada no ano passado pela Coordenação de Preservação de Bens Culturais da

Câmara dos Deputados.

As marcas desse passado podem ser vistas em alguns dos móveis até hoje, com a inscrição CD, de Câmara dos Deputados.

Inaugurado em 6 de maio de 1926, o Palácio Tiradentes foi sede da Câmara dos Deputados até 1960, quando a capital do país foi transferida para Brasília. A partir daí, o prédio abrigou a Assembleia do Estado da Guanabara (Aleg). Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, a Aleg passou a ser a Alerj.